



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS
87ª REUNIÃO ORDINÁRIA
CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS

1 A Octogésima Sétima Reunião do Conselho de Recursos Hídricos teve lugar no Auditório da
2 Secretaria do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Avenida Borges de Medeiros, 261, 15º
3 andar - Porto Alegre - RS, no dia quatorze de setembro do ano de dois mil e dezesseis, às
4 quatorze horas. Compareceram os Conselheiros: **Maria Patrícia Möllmann** – SEMA – Presidência;
5 **Margareth Vasata Macchi Silva** – Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento Regional –
6 representante; **Viviane Corteletti** – Secretaria de Minas e Energia – representante; Secretaria da
7 Saúde; Comitê Passo Fundo: **Claudir Luiz Alves** - titular; Comitê Tramandaí: **Dilton de Castro** -
8 titular; Comitê Mampituba: **Leonila Ramos** – suplente; Comitê Camaquã: **Renato Zenker** - titular;
9 Comitê Litoral Médio: **Leda Famer** – suplente; Comitê Gravataí: **Norine Iara Paloski** – suplente;
10 Comitê Baixo Jacuí: **Mário Damé** – titular; Comitê Lago Guaíba: **Manoel Salvaterra** – suplente;
11 Comitê Santa Maria: **Eldo Frantz Costa** – suplente; Comitê Lagoa Mirim: **Andre Luiz Vieira**
12 **Oliveira** - titular; Ausentes: Taquari Antas: **Julio Salecker** - titular; Secretaria do Desenvolvimento
13 Econômico, Ciência e Tecnologia – representante; **Sandro Schindwein** – Secretaria da
14 Agricultura, Pecuária e Irrigação – representante; Secretaria de Obras, Saneamento e Habitação;
15 Secretaria dos Transportes; Casa Civil; Secretaria do Desenvolvimento Econômico, ciência e
16 Tecnologia; Sistema Nacional de Meio Ambiente; Sistema Nacional de Recursos Hídricos. Demais
17 Presentes: **Sérgio Ferreira** – DRH/SEMA; **Andrise Lima** – SEMA/DBIO; **João Klein/CRH**; **Gabriel**
18 **Frota** – CRH; **Raita Schuster** – Gama Engenharia/Planejamento Camaquã; **Luiz Fernando Cybis**
19 – Gama Engenharia; **Carlos Gabriel Nunes** – SDR/DINFRA; **Luiz Gustavo Mastruz** –
20 DINFRA/SDR; **Scheila Hollueg** – Comitê Vacacaí; **Alexandre da Silva Prestes Souza** – Comitê
21 Vacacaí; **Alexandre Swarowsky** – Comitê Vacacaí; **Liziane Brondani** – Comitê Várzea; **Ivan**
22 **Vieira** – Comitê Várzea; **Alberto N. Becker** – SSP/BM/CABM; **Daiane Bittencourt** – Comitê Baixo
23 Jacuí; **Adolfo Klein** – Comitê Sinos; Comitê Rio Negro; **Tiago Lucas Correa** – Comitê Tramandaí;
24 A Secretária **Maria Patrícia** saúda a todos e dá início à 87ª Reunião Ordinária do CRH/RS e
25 solicitou a inclusão em pauta: 1. inclusão da SDR e da Secretaria de Segurança Pública no CRH e
26 2. uma homenagem à Secretária Executiva do CRH Carmem Silva que, no meio da semana,
27 estava de aniversário e, em dezembro próximo, fará 15 anos no sistema. Foi entregue uma placa
28 de congratulações. **Eldo Frantz Costa** falou da importância da Carmem no sistema e agradeceu
29 sempre a atenção e dedicação a todos os comitês. E solicitou pela segunda vez, segundo ele, para
30 que a Secretária Maria Patrícia permita que a Carmem e a Patrícia auxiliem nas eleições dos
31 comitês, frisando a importância da presença da SEMA nos processos eleitorais. Após as
32 homenagens, a Secretária Maria Patrícia fez a entrega da publicação do Relatório Executivo do
33 Plano de Bacia do Rio Santa Maria ao Sr. Eldo Costa, vice-presidente do Comitê Santa Maria, e
34 parabeniza os envolvidos no processo. **Comunicações:** a. Zoneamento Ecológico-Econômico –
35 ZEE - A Secretária **Maria Patrícia** cita que, no mesmo dia da reunião, pela manhã, houve uma
36 apresentação no fórum de Comitês e a ideia de inserir esse item nas comunicações é para que o
37 CRH acompanhe o andamento da elaboração do projeto. Salienta que o ZEE está se encerrando
38 agora a fase de coleta de dados e que, no dia anterior, houve reunião do Consema para apresentar
39 a metodologia utilizada para a classificação desses dados. **André Luiz Oliveira** enfatiza a
40 importância dos comitês na construção dessa ferramenta e que ela será resultado da interação
41 com a sociedade. b.Of. Ext. CBHPF 31/2016 Passo Fundo - FLONA Passo Fundo – **Sec. Maria**
42 **Patrícia** – Coloca o pedido de moção do Comitê e convida o presidente para falar. **Claudir Alves** –
43 **Comitê Passo Fundo** faz o relato de que há em Passo Fundo, uma Frente Parlamentar Mista
44 sobre Recursos Hídricos, envolvendo instituições e vereadores de Passo Fundo. Essa Frente
45 Parlamentar Mista encaminhou ao CRH uma solicitação de moção de apoio para que a FLONA
46 (Floresta Nacional), localizada dentro do município de Mato Castelhano, continue como Unidade de
47 Conservação - UC. Cita que há comunidades indígenas no entorno e que o Registro
48 Circunstanciado de Definição de Área Indígena definiu toda a área como possível área indígena.
49 Explica que, o que define Área Indígena dentro de UC's é a presença das comunidades indígenas
50 no momento de registro da UC, o que não ocorreu na FLONA. Um dos objetivos específicos da



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS
87ª REUNIÃO ORDINÁRIA
CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS

51 FLONA é a proteção dos recursos hídricos e que, dentro da FLONA, há em torno de 10 nascentes
52 que formam a Bacia Hidrográfica do Taquari-Antas, indicando a importância de a área continuar
53 como UC. **Secretária Maria Patrícia** - essas questões de demarcações de terras indígenas são
54 questões complexas, que a FUNAI faz todo o processo de reconhecimento dessas áreas, e que
55 não caberia ao CRH estabelecer se essa é uma área indígena ou não. Poderia apenas reconhecer
56 a importância da área para a preservação dos recursos hídricos. **Leda Famer – Comitê Litoral**
57 **Médio** - entende a questão da moção como apenas para a manutenção da área como UC, mas
58 não questionando a questão de áreas indígenas. Também que deveria ser encaminhada ao
59 Instituto Chico Mendes para que tome providências para a continuidade da FLONA como UC.
60 **Secretária Maria Patrícia** - para aprovar a moção, se faz necessário ter o texto para ser discutido
61 em termos mais concretos. Pode-se tentar escrever algo no sentido da manutenção da UC
62 ressaltando a importância para a proteção dos recursos hídricos, mas sem se opor à questão da
63 demarcação de áreas indígenas. Coloca que se encaminhe o texto de minuta para moção na
64 próxima reunião do CRH pelos Comitês Passo Fundo e Taquari-Antas. **c.Moção Comitê Camaquã**
65 - .A Secretária Maria Patrícia – A moção é em relação ao empreendimento Votorantim Metais.
66 Coloca que, quando recebida, a proposta foi encaminhada à FEPAM. É uma moção pedindo
67 esclarecimentos de vários pontos sobre o projeto de mineração, de Caçapava do Sul, da
68 Votorantim Metais e que esse pedido do comitê foi anexado ao processo de licenciamento e
69 encaminhado ao empreendedor para fazer os esclarecimentos. Coloca que o licenciamento está na
70 fase do Estudo de Impacto Ambiental, na Licença Prévia, portanto ainda não há decisão da FEPAM
71 quanto a viabilidade ambiental e concessão da licença. No Consema também houve uma
72 manifestação solicitando que a empresa apresentasse o projeto no próprio Consema, e poderia
73 também ser apresentado no CRH, ficando a critério dos conselheiros. **Renato Zenker, Presidente**
74 **Comitê Camaquã** esclarece que essa moção teve origem em preocupações de algumas
75 instituições, para que se analisasse e fizesse questionamentos à empresa quanto ao
76 estabelecimento dessa mineração. Uma reunião foi marcada com a empresa, mas por motivos
77 desconhecidos a empresa cancelou. O comitê formou uma comissão de voluntários para elaborar
78 essa moção, que foi aprovada pelo comitê e encaminhada ao Consema, à Secretária de Meio
79 Ambiente, ao Ministério Público Federal de Bagé, ao Ministério Público Estadual de Lavras do Sul e
80 de Caçapava do Sul. A preocupação tem origem em um barramento de rejeitos já existente em
81 Minas do Camaquã, que estaria vulnerável. Conclui então que o comitê encaminhou essa moção a
82 todos os órgãos interessados para que, futuramente, caso ocorra algum acidente, o comitê não
83 seja responsabilizado ou acusado de omissão. **Secretária Maria Patrícia** - o projeto do
84 empreendimento não tem barragem de rejeitos, e diz que o Consema fez vários questionamentos
85 pontuais visando esclarecer essa questão. Vamos nos comprometer em auxiliar que a empresa vá
86 no comitê para fazer os esclarecimentos. O empreendimento ainda está na fase da Licença Prévia,
87 portanto, ainda há tempo hábil para fazer os esclarecimentos. Após, **Secretária Maria Patrícia**
88 coloca em discussão a questão do Decreto da Composição do CRH. Cita que a SDR está na
89 Câmara Técnica do FRH, mas não está na composição do CRH, o que é regimentalmente errado e
90 a Secretaria de Segurança Pública também tem participado das reuniões do CRH. Pela SEMA
91 pode-se encaminhar uma alteração para inserir essas duas secretarias na composição do CRH.
92 **Leda Famer – Litoral Médio** - devemos observar a composição do CRH antes das inclusões para
93 não haver excesso de representantes do Estado e poucos representantes da Sociedade Civil.
94 **Elaine Santos – DRH/SEMA:** O CRH é um colegiado misto de secretarias de estado, portanto não
95 há essa paridade e as inclusões propostas não irão ferir o que está previsto na Lei 10.350. **Claudir**
96 **Alves – Comitê Passo Fundo** - ao exposto pela Elaine está correto, porém, as secretarias que
97 serão inclusas devem ter participação nos comitês também, não apenas no CRH. Conclui que o
98 Batalhão Ambiental tem participação efetiva no Comitê Passo Fundo, mas, a SDR não.
99 **Gabriel/SDR** coloca que a questão levantada pelo Cladir é válida, e que cabe à SDR, junto aos
100 conselheiros, criar uma estrutura para que haja uma forma de integrar a SDR aos comitês. A SDR



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS
87ª REUNIÃO ORDINÁRIA
CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS

101 quer fazer parte da tomada de decisão e que, isso começa se inserindo no CRH para depois
102 participar nos comitês. **Eldo Frantz Costa – C. Santa Maria:** há cerca de 4 ou 5 anos atrás, os
103 comitês já pleiteavam que a SDR tivesse uma presença mais constante nos comitês, mesmo não
104 sendo membro do CRH. A SDR representa uma política pública importante para os comitês, pois
105 se a questão da agricultura foi dividida em duas secretarias, as duas devem estar presentes nos
106 comitês e, a Secretaria da Agricultura, já faz parte. Portanto, os comitês também gostariam de
107 pleitear, nessa mesma reforma que haja mais uma vaga de titular e suplente para os comitês ou
108 uma por região. **Secretária Maria Patrícia:** na legislação, se fala em um número fixo de comitês,
109 que seriam sete e fala em Secretarias de Estado que tenham afinidade. Acha válido caso o fórum
110 queira discutir isso, pois necessitaria de mais uma alteração na lei e não um decreto. Coloca que a
111 SEMA vai encaminhar a proposição de inclusão dessas duas que estão participando no CRH.
112 Conclui que o pleito dos comitês, na fala do Eldo, não será resolvido com o mesmo decreto, mas,
113 deverá ser aberta uma discussão no fórum. **Leda Famer – Litoral Médio:** A Política Estadual de
114 Recursos Hídricos, nos instrumentos de gestão e nas competências, a Secretaria de Segurança
115 Pública não está inserida. A SDR tem a interface com a área de produção e pesca, mas quanto a
116 SSP, não tem competências dentro da Política Estadual de Recursos Hídricos. Não está
117 questionando o papel da PATRAM, apenas as atribuições na Política de Recursos Hídricos.
118 Portanto, por isso pede a revisão dessa inserção, para que os comitês também possam estudar
119 mais essa questão. Hoje só temos sete comitês representados por região e daqui a pouco serão
120 minoria nas votações e serão sempre votos vencidos. **Secretária Maria Patrícia:** dentro do novo
121 decreto que está na Casa Civil, sobre a questão dos autos de infração, tanto de meio ambiente
122 como de recursos hídricos, o Comando Ambiental, que faz parte da segurança pública, faz parte do
123 sistema de fiscalização. Portanto eles estão inseridos no sistema sim. **Manuel Salvaterra - Comitê**
124 **Lago Guaíba:** por que não se exclui uma secretaria que não participa para inserir outras?
125 **Secretária Maria Patrícia:** essa conversa deve ser feita na Casa Civil, pois não será uma decisão
126 da SEMA, vamos fazer essa conversa na Casa Civil antes de encaminhar a proposta de inclusão.
127 As secretarias que hoje estão na composição tem tudo a ver com o sistema. Mas é uma discussão
128 válida pois incita a participação das secretarias. **André Luiz Oliveira** sugere que se faça uma
129 avaliação da frequência das secretarias, tanto no CRH quanto nos comitês, pois se tem ouvido
130 algumas reclamações de alguns comitês. Já quanto à SDR, coloca que a EMATER é uma
131 extensão da SDR, e tem participado frequentemente no Comitê Mirim – São Gonçalo. **Secretária**
132 **Maria Patrícia** coloca que pode passar na outra reunião os relatos da questão da frequência e da
133 conversa dentro do governo, até no sentido de cobrança de participação das outras secretarias.
134 Cita que a questão não é briga de voto, mas sim que as secretarias se envolvam com os assuntos.
135 **Ordem do Dia - Item 1. Aprovação da ata 86ª Reunião Ordinária e 25ª Reunião Extraordinária**
136 **do CRH/RS – Secretária Maria Patrícia:** questiona se há alguma inclusão ou alteração no texto
137 da ata. **Secretária Exec. Adjunta Carmem Silva:** informa que houve uma solicitação do Eldo
138 Costa para arrumar sua fala, o Pedro Dall Acqua – SOP e da Leda Famer. **Secretária Maria**
139 **Patrícia:** se as alterações são nas respectivas falas, não precisa nem olhar, pode ser aprovada.
140 Questiona se pode aprovar as atas com as respectivas alterações solicitadas? Ata da 86ª Reunião
141 Ordinária aprovada as alterações por unanimidade e ata da 25ª Reunião Extraordinária aprovada
142 com alterações com uma abstenção da SEPLAN pois não estava presente à reunião. **Item 2.**
143 **Expediente Administrativo Nº 16/0500-0001874-4 Enquadramento das Águas Superficiais da**
144 **Bacia Hidrográfica do Rio Camaquã:** O técnico Luiz Fernando Cybis - Empresa Gama
145 Engenharia saúda a todos os presentes e inicia a apresentação do processo de planejamento
146 realizado pela consultoria incluído as fases A, B e C, obedecendo as Resoluções do CNRH. O
147 diagnóstico atual das águas superficiais da bacia, o prognóstico e o plano de ações foi construído e
148 aprovado com o comitê e teve ampla participação social. A empresa adotou programas de
149 simulação e modelagem matemática. Se trabalhou que as vontades estabelecidas nas consultas
150 públicas pelos usos para a bacia e se utilizou o prognóstico para verificar já quais ações se farão



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS
87ª REUNIÃO ORDINÁRIA
CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS

151 necessárias para atingir o enquadramento proposto. Se trabalhou com dois cenários futuros, o
152 tendencial e o alternativo, onde o alternativo seria a pior situação entre os dois, e essas simulações
153 já serviram para determinar os planos de ações, basicamente centrados no saneamento. Esses
154 dois cenários foram indicados para três prazos: curto prazo 2020, médio prazo 2025 e longo prazo
155 2030 e que, fazem as metas intermediárias fechar com esses prazos. O cenário alternativo propõe
156 crescimento populacional, o que aumenta a demanda por água e a descarga de efluentes na bacia
157 em questão. Para o fim do enquadramento, se utilizou como vazão de referência a Q90. Foram
158 feitas duas consultas, uma ampla, em Dezembro de 2015, junto à população. Após essas consultas,
159 se estipulou as duas propostas de enquadramento, uma mais restritiva e uma menos restritiva,
160 onde, dentro do comitê, cada categoria escolheu qual das duas propostas aprovaria, ou, se achar
161 necessário, propor uma terceira proposta. Isso foi feito em Março de 2016, voltou para o comitê,
162 onde foi feito uma síntese dessas consultas e se preparou um material para levar a deliberação do
163 Comitê. A deliberação no comitê foi no dia 05 de Abril de 2016, aconteceu em Camaquã, onde se
164 colocou as duas propostas para o enquadramento e, hoje, se coloca à aprovação uma proposta
165 alternativa com a mudança apenas de um trecho da proposta 2, que seria a mais permissiva e que
166 foi a que ganhou. A alteração foi no trecho 23, que foi alterado de Classe 3 para Classe 2. Esse foi
167 o enquadramento aprovado pelo Comitê e trazido para aprovação do CRH. **Secretária Maria**
168 **Patrícia** agradece e coloca em regime de votação a proposta de enquadramento apresentada.
169 Proposta de enquadramento das Águas Superficiais da bacia do Rio Camaquã aprovada por
170 unanimidade. **Item 3 Expediente Administrativa Nº 16/0500-0003331-0** Concede prazo para
171 regularização da captação de água subterrânea por poços, mediante cadastro no Sistema de
172 Outorga de Água do Rio Grande do Sul – SIOUT: Maria Patricia Möllmann : Esta resolução foi a
173 forma de regulariza e dar tempo aos usuários de poços. Veio ao CRH que encaminhado a Câmara
174 Técnica de Águas Subterrâneas. A CTAS devolveu e hoje trazemos para apreciação. **Leda Famer**
175 cita que essa resolução é apenas para regularização da área rural, não para área urbana.
176 **Secretária Maria Patrícia** coloca que a ideia é trazer esses poços para o cadastro, considerando-
177 os regularizados, pelo prazo de um ano, para depois complementar seu processo de outorga ou
178 dispensa de outorga, dependendo do caso. **Manuel Salvaterra:** questiona se hoje o site já está
179 recebendo o cadastro? **Patrícia Cardoso:** coloca que apenas a autorização prévia. A previsão
180 para o próximo módulo relacionado às águas subterrâneas, dando continuidade a autorização
181 prévia, é o módulo de cadastro que está sendo negociado seu lançamento no site até o final do
182 mês de setembro. **Leda Famer:** questiona se esse cadastro servirá para adiantar o licenciamento e
183 será considerado pela FEPAM na hora da atividade de licenciamento? **Secretária Maria Patrícia:**
184 que sim, esse cadastro serve como o início do processo. que dentro do prazo de um ano, o
185 cadastro dá a regularização da captação. Também a importância da participação dos comitês na
186 questão da divulgação e mobilização da sociedade. A SEMA precisa da informação do número de
187 poços irregulares para fazer gestão e trabalhar com a questão da saúde. É uma forma de, aos
188 poucos, trazer essas pessoas para o sistema. **Gabriel/SDR:** foi reportado pelos geólogos da SDR
189 que eles não estão conseguindo fazer esse cadastro e questiona se há alguma orientação quanto a
190 isso? **Secretária Maria Patrícia:** isso deve ser questionado direto a divisão de outorga. Como a
191 SDR faz perfuração para terceiros, ela deve apenas dar o suporte técnico para fazer o cadastro
192 desses agricultores. Seria importante a SDR conhecer todo o processo de cadastro para dar esse
193 suporte técnico. **Secretária Maria Patricia** coloca em regime de votação a resolução. Resolução
194 aprovada com uma abstenção, aprovado por maioria. **Item 4. Expediente Administrativo Nº**
195 **16/0500-0003385-9 Resolução que aprova as Metas Intermediárias do Enquadramento da**
196 **Bacia do Lago Guaíba: Elaine Santos – DRH/SEMA:** antes de exibir o mapa do enquadramento,
197 queria fazer alguns esclarecimentos do porque isso só está sendo apresentado agora. A primeira
198 etapa do Plano de Bacia do Lago Guaíba foi concluída em 2006. Naquela época, o Estado só
199 contratava uma parte do Plano de Bacia, diferente do que acontece hoje. O contrato para
200 elaboração da Fase C do plano de bacia foi assinado só em 2013. O comitê também passou por



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS
87ª REUNIÃO ORDINÁRIA
CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS

201 dificuldades, pois não tinha o convênio de manutenção. Outro problema importante que contribuiu
202 para essa demora foi que os técnicos da FEPAM, por uma resolução interna, não tinham mais a
203 certeza de que seriam mantidos na comissão de acompanhamento, e esse problema durou cerca
204 de quatro meses. Portanto todas essas coisas dificultaram o processo. Finalmente tem esses
205 produtos concluídos e entregues ao comitê, inclusive o relatório executivo, só faltando a revista. O
206 que está sendo apresentado agora, portanto, são as metas intermediárias do enquadramento. No
207 enquadramento do Lago Guaíba, só tem três tipos de classe: Classe 1, Classe 2 e Classe 3. Não
208 há Classe 4 e nem Classe Especial. As propostas para as metas intermediárias foram realizadas,
209 através de duas audiências públicas, uma em Porto Alegre e a outra em Guaíba, visando
210 contemplar as duas margens do corpo hídrico e, foi cancelado, em outubro, em uma reunião da
211 plenária do comitê. Dos treze segmentos que o Lago foi dividido, dez já alcançaram a meta de
212 enquadramento prevista na resolução anterior. O Lago, na região do Delta, recebe água de
213 péssima qualidade e que depois, pelo próprio volume de água do Lago, isso vai se diluindo.
214 Portanto, os trechos mais comprometidos que ainda não atingiram a qualidade desejada é
215 justamente aqueles próximos a essa área. Para atingir o enquadramento proposto foi estipulado
216 metas de dez a quinze anos. No caso do Arroio do Conde que tem graves problemas de qualidade
217 da água, se estabeleceu duas metas. Ele está hoje em Classe 4 e a proposta é de se atingir Classe
218 3 em dez anos e, posteriormente, Classe 2 em quinze anos. Vale destacar que, não foi possível
219 apresentar o mapa do enquadramento devido a problemas técnicos. **Secretária Maria Patrícia**
220 questiona se a meta é de 10 anos a partir da publicação em 2006 ou a partir de hoje? **Elaine**
221 **Santos:** é a partir de agora. A Fase C foi concluída em 2014 e, portanto, o prazo é 2024. **Manuel**
222 **Salvaterra – Lago Guaíba:** esse tempo perdido pelo Comitê do Lago é preocupante. Esse
223 documento foi gerado nesses últimos dois anos, mas que não tem como saber agora se é
224 exatamente isso o que foi aprovado. Já se passaram 10 anos do primeiro enquadramento. Acha
225 estranho não estar expresso a questão da área do Saco da Alemoa, que seria Classe Especial.
226 Solicita portanto que se retire essa discussão da pauta para ser levada novamente ao comitê e se
227 apresente novamente na próxima reunião do CRH. **Secretária Maria Patrícia:** acatada a
228 solicitação de retirada de pauta. **Manuel Salvaterra:** fico satisfeito que o processo foi terminado,
229 relata também que embora a empresa, o DRH e a FEPAM não tenham conseguido cumprir os
230 prazos daquele final de ano de 2014, o comitê conseguiu sem recursos, sem secretaria executiva,
231 aprovar o plano no final de 2014, porém só entregue agora. **Elaine Santos:** o papel do comitê é de
232 mobilização social, o DRH e a FEPAM tinham que primeiro receber os produtos técnicos para
233 depois ser aprovado. O comitê recebeu esse produto, portanto teve tempo hábil para analisá-lo.
234 **Item 5. Expediente Administrativo Nº 16/0500-0003331-0 Acordo de retirada de água da Bacia**
235 **Hidrográfica do Rio Gravataí - Norine Iara Paloski:** o acordo feito este ano mantém o acordo do
236 ano passado com apenas uma alteração. A alteração é que, no ano passado, a pessoa que estava
237 la diariamente medindo deveria descontar a medida da cota do nível do mar, pois essa régua
238 deveria estar até 1,65m acima do nível do mar e este ano se resolveu mexer nela. Foi elevada a
239 régua que agora está medindo a partir da base de substrato do rio até um metro acima do crivo da
240 bomba de captação da CORSAN de Alvorada, que seria a cota arbitrária para o acordo de nível de
241 captação de água. Só isso que alterou e foi aprovado no comitê. **Secretária Maria Patrícia**
242 questiona se há alguma manifestação e coloca em regime de votação a resolução. Resolução de
243 acordo de retirada de água na bacia do Gravataí aprovada por unanimidade. **Item 6. Expediente**
244 **Administrativo Nº 16/0500-0003387-5 Homologação dos Processos Eleitorais nos Comitês de**
245 **Bacias – Sec. Executiva Sec. Executiva Adj. Carmem Silva:** não houve tempo hábil para
246 apresentar a resolução pronta na reunião. Portanto apresentará apenas as novas diretorias eleitas.
247 Alguns comitês já fizeram a segunda chamada enquanto outros preencheram todas as vagas já na
248 primeira. Inicia pelo Comitê Camaquã que reelegeu como presidente Renato Zenker e o vice-
249 presidente Mario Damé. O secretário-executivo é o Luis Rogério da Silva. O Comitê Santa Maria
250 reelegeu o presidente Roberto Damásio e, o vice-presidente Eldo Frantz Costa. A secretária-



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS
87ª REUNIÃO ORDINÁRIA
CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS

251 executiva é a Lisiane Porto. O Comitê do Lago Guaíba reelegeu o presidente Manuel Salvaterra e o
252 vice-presidente Paulo Germano. A secretária-executiva é a Keli Nascimento. Salienta que Keli,
253 sendo principiante no sistema, fez um processo transparente e de ótima qualidade no processo
254 eleitoral. Nesta eleição houve problema de uma entidade que não foi eleita e se sentiu prejudicada
255 e enviou um requerimento a presidente do CRH que a entidade eleita no seu lugar não seria um
256 usuário da água. Então o CRH foi atrás das informações necessárias e a assessoria técnica do
257 Conselho elaborou um parecer para ser apresentado no Comitê e, após isso, a entidade eleita foi
258 empossada. O Comitê Litoral Médio elegeu a presidente Leda Famer e, o vice-presidente Fernando
259 Lague. A secretária-executiva é a Angela Ferreira. O Comitê precisou fazer a primeira e segunda
260 chamada para preencher as vagas. O Comitê Alto Jacuí reelegeu o presidente Paulo Cervi e
261 elegeu como vice-presidente a Sra. Danusa Ribeiro hoje presente a reunião. O secretário-executivo
262 é o Josimar Moschaidier. O comitê optou por fazer apenas a primeira chamada pois ficaram poucas
263 vagas em aberto e vão convidando as entidades a ocuparem as estas vagas. **Eldo Frantz Costa:**
264 Como ficaram poucas vagas e todas de suplentes é possível fazer convites diretos ou é necessário
265 fazer a segunda chamada com editais? **Sec. Executiva Adjunta Carmem Silva:** não há nada
266 escrito que precise fazer edital. Então, normalmente, quando há poucas vagas, os próprios comitês
267 convidam as entidades e apresentam as inscrições ao CRH. Após isso vai para a plenária do
268 Comitê para aprovação. **Secretária Maria Patrícia:** questiona se há mais alguma questão a ser
269 feita quanto aos processos eleitorais e coloca a homologação dos processos em regime de votação.
270 Aprovado por unanimidade. **Item 7. Regimento Interno dos Comitês – revisão CTIJ - Secretária**
271 **Maria Patrícia:** é uma proposta de apoio do CRH na revisão dos regimentos internos dos comitês e,
272 também, uma proposta de manual de boas práticas para que a CTIJ possa se reunir e apoiar a
273 questão dos regimentos internos. **Sec. Executiva Adjunta Carmem Silva:** em minha opinião, os
274 regimentos internos deveriam ser únicos, padronizados em consonância com o Decreto
275 37.034/1996 que regulamento os Regimentos. Têm alguns que não contemplam processo eleitoral,
276 outros conflitantes com resoluções entre outros problemas. **Eldo Frantz Costa:** Modificar ou não
277 os regimentos internos é uma prerrogativa dos comitês. Nesse momento, há um grupo de trabalho
278 em funcionamento, ou não, proposto pelo CRH, para que se revisasse as Resoluções 04 e 28, que
279 podem ter influência sobre os regimentos internos, principalmente sobre os processos eleitorais.
280 Nesse momento, cabe sim o CRH propor que todos os regimentos internos dos comitês sejam
281 revisados, acionando assim a CTIJ. Aproveita para cobrar a comissão dos comitês que fazem parte
282 do Grupo de Trabalho que discutiria a revisão das resoluções, que parou de funcionar. Finaliza
283 colocando que acha necessário sim revisar os regimentos internos. **Ivan Carlos Viana:** Colocou
284 em pauta, pela segunda vez, propostas de alterações no regimento interno do Comitê Várzea, mas,
285 não teve sucesso em efetivar as alterações por falta de quórum. **Leda Famer:** na sua opinião
286 acredita que cada Comitê tem sua especificidade, portanto, acredita que cada comitê deve ter seu
287 regimento interno. Foi formado recentemente um Grupo de Trabalho, composto por advogados do
288 comitê, para fazer a revisão do regimento interno do Comitê Litoral Médio. Esse grupo de trabalho,
289 teve dificuldade com algumas dúvidas referentes as resoluções 04 e 28. Finaliza colocando que,
290 será aprovado o regimento interno, porém, a categorização, em função da resolução 04 e 28, ficará
291 uma lacuna. **Secretária Maria Patrícia:** O comitê tem liberdade de definir seu regimento interno
292 dentro de alguns balizadores impostos pelo CRH. Então a ideia era dar um apoio aos comitês,
293 como um padrão sugestivo, para qualificar o processo. A proposta é colocar a questão, até das
294 resoluções, dentro da CTIJ e tentar tocar o assunto do grupo de trabalho dentro da câmara técnica,
295 pois poderia dar mais força para o grupo. **Claudir Alves:** contribui colocando que essa minuta tem
296 a ideia de impor apenas os pontos cruciais que devem ser abordados nos regimentos internos.
297 **Secretária Maria Patrícia:** Então a ideia é levar isso a CTIJ e depois voltar ao CRH para ser
298 apresentado aos conselheiros. **Patrícia Cardoso:** o que baliza os regimentos internos é um
299 decreto de 21 de novembro de 1996 e cita que esse decreto define os itens que devem compor os
300 regimentos. Com o tempo, esse decreto ficou muito defasado. Então o decreto tem que evoluir



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS
87ª REUNIÃO ORDINÁRIA
CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS

301 para traçar alguns parâmetros mínimos e não apenas indicar alguns itens. **Secretária Maria**
302 **Patrícia** coloca então em regime de votação o encaminhamento do trabalho para a CTIJ. Aprovado
303 por unanimidade. **Item 8. Prorrogação da abertura dos processos eleitorais dos mandatos das**
304 **diretorias e composição dos comitês e bacias hidrográficas com final de gestão entre**
305 **dezembro a março devido a eleições municipais e períodos de férias:** é uma sugestão de
306 prorrogação da abertura dos processos eleitorais e dos mandatos das diretorias, tanto das
307 diretorias quanto da composição dos comitês que tenham final de gestão agora em final de
308 dezembro de 2016 a Março de 2017. Coloca que há dois pedidos, um do Comitê Vacacaí e o outro
309 do Comitê Baixo Jacuí. A sugestão da SEMA é que se faça uma resolução aberta para caso haja
310 outro comitê nessa situação. **Sec. Carmem Silva** coloca que, esses dois comitês fizeram esses
311 pedidos por conta, principalmente das eleições municipais. O presidente do Fórum, há um tempo,
312 já havia solicitado que se fizesse uma resolução relacionada a isso que contemplasse todos os
313 comitês e que não se abrisse inscrições para editais nesse período de dezembro a março, também
314 por conta do período de férias. **Secretária Maria Patrícia:** a preocupação atual, é que muda a
315 gestão das prefeituras e pode atrapalhar a mobilização. **André Luiz Oliveira** recorda que seu
316 comitê já teve uma prorrogação de mandato justificada pela inclusão de duas categorias e agora
317 estão finalizando isso. O prazo acaba em fevereiro. Coloca que, na próxima reunião do CRH,
318 pretende fazer a proposta de inclusão das categorias para sujeitar à aprovação e dar condição de
319 fazer o edital. **Sec. Maria Patrícia:** a sugestão é que os mandatos ficam prorrogados e o começo
320 da tramitação dos processos não espere março, mas pode começar já em Janeiro. Coloca que os
321 comitês e a secretaria se organizariam e em março inicia a mobilização dos editais. A proposta é se
322 fazer uma resolução geral. **Sec. Carmem Silva:** segundo a resolução, a mobilização precisa iniciar
323 90 dias antes do período eleitoral do Comitê e que agora se quer alterar para 120 dias. O comitê
324 faria uma reunião, escolheria uma comissão eleitoral e solicita à secretaria executiva do CRH a
325 abertura do processo. **André Luiz Oliveira** questiona se pode se usar o recurso de manutenção do
326 comitê para fazer a publicação? **Sec. Maria Patrícia** responde que não. Esse recurso é do FRH,
327 mas não é a mesma rubrica, tem uma específica para que não precise sair da cota do comitê. **Eldo**
328 **Frantz Costa:** questiona se a proposta de prorrogação é para todos os comitês ou apenas para os
329 que solicitaram? A **Secretária Maria Patrícia** responde que a proposta é uma regra para todos.
330 **Mario Damé:** coloca que se abrir o processo eleitoral nesse período de transição, as Prefeituras e
331 Câmara de Vereadores, tanto a gestão que está saindo como a que está entrando, não indicam
332 ninguém, por conta disso fizeram esse pedido. **Eldo Frantz Costa:** se a proposta for genérica para
333 os comitês, será contrário a aprovação. **Patrícia Cardoso:** parece que está se entendendo que o
334 processo pararia, mas não, ele teria apenas uma fase interna no comitê. Enfatiza que o processo é
335 intermitente. **Secretária Maria Patrícia:** a proposta da SEMA seria para todos os comitês, na parte
336 depois dos editais, na mobilização. Colocado a proposta de prorrogação em regime de votação.
337 Aprovado por unanimidade. **III Assuntos Gerais: Relatos das câmaras técnicas.** CTU, presidente
338 **Ivan Carlos Viana:** A CTU se reuniu em duas reuniões, uma em Santa Maria e a outra em Santana
339 do Livramento e uma das pautas era fazer um resgate de tudo o que foi produzido pela CTU desde
340 a sua criação. Coloca que foi feito um breve escopo de qual é a verdadeira função da CTU, pois
341 muitas vezes algumas atividades estavam fugindo da função da câmara. Todos os documentos da
342 CTU foram digitalizados e inseridos no DropBox visando permitir o acesso de todos os membros da
343 câmara. Foi feito uma linha de ofícios em que todos eles estão sendo produzidos e encaminhados
344 aos comitês que fazem parte da câmara técnica, todos estão sendo numerados e serão
345 gerenciados pelo presidente e vice-presidente da CTU e, o próximo que assumir, pegará tudo isso
346 em andamento. Enquanto eles apenas foram digitalizados e agora estão sendo formatados e, em
347 breve, estará à disposição dos membros da CTU. Coloca que, quanto a criação do comitê federal,
348 ainda está se aguardando o último parecer. Cita que a última movimentação foi no dia 22 de Junho
349 e agora está faltando 4 itens para se consolidar o Comitê Federal do Uruguai. Coloca que as ações
350 que tem de ser feitas dependerá praticamente apenas dos comitês que são nove no estado de



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS
87ª REUNIÃO ORDINÁRIA
CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS

351 Santa Catarina e 11 no estado do Rio Grande do Sul para que se estabeleça o Comitê Federal.
352 **Câmara Técnica do Litoral: Presidente Leda Famer:** houve duas reuniões, uma em Santana do
353 Livramento, para tratar de um assunto pendente que é uma resolução do CRH que trata do Comitê
354 Gestor da Laguna dos Patos. O comitê foi criado, na época do gerenciamento costeiro, mas isso se
355 perdeu e a Laguna ficou sem um comitê gestor. Coloca que esse comitê gestor tinha uma
356 resolução que constitua sua composição, mas se fez uma primeira reunião e depois disso ele não
357 foi implementado. O DRH tem atribuições de cuidar apenas de águas doces e, a água salgada,
358 ficaria no âmbito do gerenciamento costeiro. A Laguna tem uma grande importância ambiental e
359 econômica, portanto necessita de um comitê gestor. Portanto, na CTL, está se discutindo a
360 possibilidade de fazer um seminário, convidando os antigos membros do comitê gestor, para
361 resgatar a memória disso e trazer, ao mesmo tempo, novas instituições que possam ajudar a
362 trabalhar a questão do comitê gestor. Reforça a necessidade de tratar dessa questão os projetos
363 de hidrovias e portos para a região. A segunda reunião ocorreu em Porto Alegre, no dia 13/09/16,
364 onde ocorreu a eleição da CTL onde a própria Leda Famer foi eleita como presidente da câmara
365 técnica e o Renato Zenker reconduzido à vice-presidência. Nessa reunião foi debatido, além da
366 eleição, a questão de um seminário que irá ocorrer relativo à Hidrovia Brasil-Uruguai, que ocorrerá
367 em Pelotas, e que a CTL irá participar. Aproveita o relato para convidar o Comitê do Lago Guaíba
368 para participar das discussões relativas a questão do gerenciamento costeiro. Nessa última reunião
369 ficaram duas dúvidas: Onde anda a memória do Pró-Mar-de-Dentro e onde anda a memória dos
370 documentos do gerenciamento costeiro? Outra questão tratada é quem seriam os parceiros para o
371 seminário que será realizado no próximo ano. **Manuel Salvaterra:** questiona se o Governo Federal
372 não tem nenhuma atribuição de gerenciamento da Laguna? **Leda Famer:** responde que sim, toda
373 atribuição. Porém o gerenciamento costeiro terminou nos estados e o Governo Federal ficou sem
374 funcionários para essa atribuição. Após isso foi criado a Câmara Técnica Setorial de
375 Gerenciamento Costeiro, dentro do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, mas essa câmara
376 técnica também está com dificuldades para se manter ativa. Leda finaliza colocando que ficou em
377 aberto a data da próxima reunião, que será convidado o comitê do Lago para debater essas
378 questões e solicita apoio da SEMA para que possa indicar também parceiros para a questão do
379 comitê gestor. **André Luiz Oliveira:** ocorrerá um seminário nos dias 21 e 22 de Novembro para
380 discutir a questão da Hidrovia Brasil-Uruguai e que, na CTL, se discutiu a possibilidade dos
381 membros da câmara técnica se fazerem presentes nesse seminário para, a partir disso, começar
382 um processo de resgate do comitê gestor. **Claudir Alves – vice-presidente CTPA:** a apresentação
383 feita pela SEMA na última reunião do CTPA quanto ao Fundo, não ficou expresso o saldo e que
384 está difícil de visualizar as coisas, pois estão expressas em caixas pequenas, portanto, solicita que,
385 nas próximas apresentações, se faça um Power Point de maneira que fique de fácil visualização.
386 Não havendo mais assuntos a serem tratados, eu Carmem Lúcia Silveira da Silva, secretária
387 Executiva Adjunta do CRH/RS lavro esta ata.